

TRABALHO E DIVERSIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE MODERNA

Carlos R. Etulain¹

RESUMO

Este trabalho se propõe pesquisar o *trabalho* e as mutações associadas com o trabalho como categoria social. A globalização do capitalismo tem repercutido sobre a prática do trabalho, sobre os trabalhadores e sobre o papel e significado do trabalho na sociedade atual. Qual é, por exemplo, o lugar que os trabalhadores ocupam hoje na sociedade? Qual o papel que o trabalho teve na formação e surgimento do capitalismo e em que consiste, hoje, esse papel?

Trabalho, significados e identidades sociais associadas ao trabalho, funções e papéis do trabalho na sociedade atual são os temas que desenvolveremos aqui na tentativa de compreender como as alterações, consequência do processo de globalização em nível planetário, tem afetado o mais importante vínculo social da vida moderna. Para isto, o presente artigo tratará das visões dos autores que contribuíram na análise deste tema fundamental.

A metodologia utilizada é a análise teórica e histórica que perfaz um itinerário de autores selecionados da economia e da sociologia do trabalho, relacionando comparativamente aportes do marxismo e do individualismo metodológico. Aqui, apontaremos aspectos críticos e limitações em função da realidade contemporânea e buscaremos, nos autores atuais, enfoques que possibilitem aprofundar nossa visão e oferecer respostas às questões apresentadas.

Palavras-chave: trabalho, exploração, relações de trabalho, mercado de trabalho, diversidade do trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe pesquisar o *trabalho* e as mutações associadas com o trabalho

como categoria social, uma vez que o processo de globalização que atinge a sociedade contemporânea tem causado impactos consideráveis sobre as relações que vinculam a grande maioria dos sujeitos do mundo atual. Trabalho, significados e identidades sociais associadas ao trabalho, funções e papéis do trabalho na sociedade atual são os temas que desenvolveremos aqui na tentativa de compreender como as alterações, consequência do processo de globalização em nível planetário, tem afetado o mais importante vínculo social da vida moderna.

A globalização do mundo, conseqüentemente, é um processo histórico-social de vastas proporções, que abala os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Esta formação e globalização do capitalismo têm repercutido sobre a prática do trabalho, sobre os trabalhadores e sobre o papel e significado do trabalho na sociedade atual. Qual é, por exemplo, o lugar que os trabalhadores ocupam hoje na sociedade? Qual o papel que o trabalho teve na formação e surgimento do capitalismo e em que consiste, hoje, esse papel?

Para responder a esses enigmas atuais, o presente artigo tratará das visões dos autores que contribuíram na análise deste tema fundamental. A situação atual das sociedades no movimento chamado de globalização, o papel, nesse movimento, do mundo do trabalho e os impactos e consequência das alterações sociais, econômicas e culturais na vida dos sujeitos envolvidos nesta categoria.

A metodologia utilizada é a análise teórica e histórica que perfaz um itinerário de autores selecionados da economia e da sociologia do trabalho e relaciona comparativamente aportes do marxismo e do individualismo metodológico. Aqui, apontaremos aspectos críticos e limitações em função da realidade contemporânea e buscaremos, nos autores atuais, enfoques que possibilitem aprofundar nossa visão e oferecer respostas às questões apresentadas.

1 GLOBALIZAÇÃO E IMPACTO SOBRE O TRABALHO

Quando se fala em globalização numerosos aspectos das sociedades modernas aparecem envolvidos num processo de unificação do mundo. A unificação se dá em

¹ Universidade São Francisco (USF). E-mail: etulain@saofrancisco.edu.br; etulain@terra.com.br

termos da circulação de mercadorias, capitais e pessoas. Estes elementos, tornados comuns na esfera mundial - embora também atravessados por características específicas ou regionais e, por isso, também diferentes - se generalizam conformando uma realidade, ao todo, diversa, mas sobretudo, capitalista.

Ianni (1995), um dos autores dedicados ao problema, explicou que o mercado e as relações sociais a ele associadas, avançam pelo planeta de maneira a consolidar uma entidade única e generalizada aonde circulam rápida e livremente os capitais e as mercadorias, produzindo, neste movimento, a igualação e a extensão das fronteiras econômicas e sociais e potencializando, ao mesmo tempo, as diferenças.

Embora no século passado Marx antecipara com sua teoria do capital, o movimento de generalização da sociedade capitalista, parece que hoje os exemplos são mais contundentes e ajudam a visualizar o que alguns pensadores observaram já no séc. XIX. A *internacionalização* da conduta econômica nos padrões do capitalismo moderno, segundo Ianni, era uma questão sem muitas evidências até algumas décadas atrás; mesmo na órbita do capitalismo, a especificidade de cada nação tornava o capitalismo uma forma social mais diversa do que planetária. Este processo foi acelerado pela colonização e distribuição do mundo entre os países ricos, propiciado, sobretudo, pela livre e massiva circulação dos capitais que caracterizou a década de 90.

Há um sistema mundial em consolidação cujo poder está atrelado à lógica da concorrência e da competição entre aqueles atores instalados em lugares hegemônicos e aqueles que aspiram um dia tomar um lugar de influência. Na Europa, a França e a Alemanha disputam a hegemonia da Grã Bretanha, enquanto, fora da Europa, o Japão e os Estados Unidos, dotados de tecnologia e conhecimentos, deslocam para os países emergentes, dotados de mão-de-obra de baixo custo, processos produtivos que possibilitaram altas taxas de crescimento e forte concorrência para América Latina. A China, a Índia e o Brasil surgem como nações de grandes potencialidades futuras, haja vista a complexidade das suas economias e o volume da sua população.

Visto assim, a extensão da economia capitalista é o planeta, o que significa pensar que a hierarquia delimitada e excludente das relações capitalistas segue a um ritmo veloz. O exemplo mais claro disto é a subordinação crescente das nações ao conjunto de determinações impostas por centros supranacionais (como FMI, Banco Mundial, ONU,

OMC) ou por pequenos grupos de países centrais. Esta é uma dimensão bastante clara e aceita quando se fala em globalização do mundo ou mundialização das relações sociais. Outra realidade também evidente é a reprodução da pobreza em volume inusitado e a extensão geográfica e duração da taxa de desemprego.

Os avanços desta forma planetária se vinculam às inovações no setor dos transportes, das comunicações e de métodos de produção, estes avanços se produziram junto à aparição de novos produtos. O que deve ser destacado é que o progresso técnico acelerou não unicamente as relações econômicas, na verdade, o progresso técnico trouxe transformações de ordem social tão significativas quanto as de ordem puramente econômica, numa lógica carregada de efeitos e interdependência mútua que torna difícil o reconhecimento do elemento que detonou as mudanças.

Uma idéia importante quanto à globalização é a de que as modificações no cenário mundial rompem e recriam, ao mesmo tempo, o mapa do mundo, as formas de sociabilidade e os processos de trabalho. Muito do que parecia estabelecido sobre os mais diversos aspectos da vida social e econômica, hoje adquire outros sentidos. Os territórios, as fronteiras, os regimes políticos, os estilos de vida, se tencionam e dinamizam sob novas direções e possibilidades.

A globalização do mundo, conseqüentemente, é um processo histórico-social de vastas proporções, que abala os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades (IANNI, 1998). Esta formação e globalização do capitalismo têm repercutido sobre a prática do trabalho, sobre os trabalhadores e sobre o papel e significado do trabalho na sociedade atual. Qual é, por exemplo, o lugar que os trabalhadores ocupam hoje na sociedade? Qual o papel que o trabalho teve na formação e surgimento do capitalismo e em que consiste, hoje, esse papel?

Estas questões podem ser estudadas à luz da interpretação de textos e autores fundadores da Economia e da Sociologia que escreveram no contexto de suas épocas e realidades e cujas obras ensinaram a compreender as relações social envolvidas na atividade mais básica e generalizada do capitalismo que é o trabalho. Entretanto, as alterações produzidas nos últimos anos de que tratamos acima – sob o conceito de globalização – exigem uma análise exaustiva na tentativa de indicar novos aportes que

ajudem nessa compreensão. Aqui, trataremos do trabalho e as relações envolvidas com ele, considerando-o a partir do surgimento do capitalismo e as interpretações marxistas. Apontaremos aspectos críticos e limitações em função da realidade contemporânea e buscaremos, nos autores atuais, enfoques e aportes que possibilitem aprofundar nossa visão e oferecer respostas às questões apresentadas.

Iniciaremos a nossa análise, tratando primeiramente do *trabalho* e do seu papel no capitalismo. A perspectiva principal é a da economia, entretanto, as observações irão além, uma vez que o *trabalho* sendo uma categoria de importância social e política, além de econômica, as observações a seguir transitam no marco das ciências sociais.

2 TRABALHO E CAPITALISMO

Com o surgimento do sistema capitalista de produção e conseqüente utilização do trabalho assalariado em larga escala, emerge o mercado de trabalho como uma instituição fundamental para o funcionamento da economia. O sistema capitalista é uma forma de organização social que tem como pressuposto fundamental a presença do trabalho, entretanto, o fato dos indivíduos de qualquer sociedade se transformarem em trabalhadores exigiu um longo período da história, não sem conflito, fomes e injustiça. Levas de população dos países europeus, antes mesmo de se constituírem em Nações, foram expulsas dos campos que estavam sendo cercados pelos seus proprietários formais e se aglutinando nas cidades bem antes de conseguirem vender a força dos seus corpos como um bem útil para o processo de produção da indústria em formação (LE GOFF, 1964).

O trabalho como atividade que cria bens e serviços de fato existiu sempre na história da humanidade, porém como forma que se generaliza em toda a população e que está na base da sociabilidade e da cultura, é um fenômeno tipicamente capitalista e moderno.

Trabalho é o gasto de músculo, nervo e cérebro (MARX, 1985, p.53) que se transforma em mercadoria no regime capitalista, mercadoria esta que é transacionada em troca de um valor que tem o nome de “salário”. Resulta absolutamente necessário, pois é ele que manipula as matérias primas, as máquinas e as ferramentas que, neste processo, se transformam em novas mercadorias.

Resulta absolutamente necessário o trabalho para o capital (tal como se denomina o resto das mercadorias que participam do processo produtivo) porque é ele que produz a transformação de todos os demais e que se transforma junto com eles. Esse é o sentido que Marx lança na consigna que está na base da associação sindical dos trabalhadores que diz: “trabalhadores de todos os países, uni-vos”(MARX, 1987, p. 140), pois se todos os trabalhadores decidissem parar, se interromperia, com isto, o processo produtivo e o capital, mesmo com seu volumoso valor de mercado e seu papel dominante na sociedade moderna, não poderia mais se transformar e reproduzir em novas mercadorias.

O *salário* que é o pagamento que o trabalhador recebe pela venda da sua energia deve ser suficiente para que este e sua família possam sobreviver e assim possam reproduzir-se em novos trabalhadores. Desta forma, o sistema social, em seu conjunto, se mantém, uma vez que o trabalho é um pressuposto necessário do capital. O valor do trabalho que é a energia transacionada no mercado e utilizada no processo produtivo pelo qual se paga o salário é proporcionalmente maior, isto é gastamos muita mais energia trabalhando do que a energia que recebemos no nosso salário. A diferença fica para o capital, desta forma ele aumenta e se reproduz e desta forma se perpetua a forma capitalista de organização da sociedade moderna.

Este ato que está na base do trabalho que é alienador no sentido que implica despojo, entrega de um valor proporcionalmente maior ao que se recebe por ele (salário), subsunção e dominação à hegemonia do capital está na base da construção social dos indivíduos, dos hábitos, opiniões, valores, gostos, em geral, da nossa cultura.

Isto, que já causou espanto e provocou inúmeras lutas no decorrer dos séculos XIX e XX, parece ser também o elemento integrador da nossa sociedade. O destaque para o problema advertido e refletido desde o marxismo, a saber, a relação exploração-justiça-moral que compõe a essência do trabalho é, segundo autores contemporâneos, uma camisa-de-força que restringe a observação de aspectos também essenciais para entendermos hoje o papel do trabalho na nossa sociedade.

Há duas críticas, neste sentido. Elas estão relacionadas diretamente ao conceito de exploração no capitalismo. Vista pela ótica do individualismo metodológico, os autores consideram, por um lado, que o conceito de exploração é demasiado abstrato para

constitui-ser no objeto da luta de classes ou mesmo em motivação de qualquer ação coletiva (ROEMER, 1982, p. 87 e ELSTER, 1989); por outro, aponta-se uma crítica fundada no fato de que a exploração no capitalismo tratar-se-ia de uma situação cujos aspectos morais são, pelo menos, diferentes hoje do que Marx imaginou, uma vez que nem sempre ela é resultado de eventos eticamente reprováveis e, muitas vezes, ao contrário do que explica Marx, esses eventos seriam convenientes para todas as partes envolvidas.

Quem nada tem, vende o corpo, quem tem, emprega e cria trabalho. Visto assim, não é tão ruim! Afinal, a maioria dos indivíduos prefere ter emprego e, com isto, autonomia e disponibilidade de dinheiro do que viver dependendo dos outros. “Todas as alternativas ao trabalho assalariado – passar fome, mendigar, etc. – são tão pouco atraentes que nenhuma pessoa de bom senso as escolheria” (ELSTER, 1985, p. 98). Elster ilustra a forma como a exploração pode ser voluntária, muito mais do que forçada: uma mulher poderia ter preferência sobre a opção de trabalhar, e, por tanto, de ser explorada, antes que viver às custas dos rendimentos do seu marido (ELSTER, 1986).

Assim, com estes exemplos quotidianos, Elster retoma um tema já abordado por Wright (1989) que apresenta uma série de situações da classe média que vão contra a idéia de que exploração pode ser inerentemente injusta. Isto tudo aponta para a revisão crítica da idéia e do conceito de exploração e a sua exigência, imposta pela realidade das sociedades modernas atuais, de que devemos rever estes termos para avançar na compreensão da complexidade do capitalismo globalizado.

Vista a exploração como uma relação esvaziada da carga moral tradicional, ela se coloca como uma simples relação de mercado, voluntária e não inerentemente injusta; uma categoria de classe dentre todas as categorias individuais da economia neoclássica, mas que surge também a partir de decisões individuais e na qual o antagonismo perde relevância. Passa-se assim, do mundo da contradição ao mundo da economia neoclássica, aonde modelos explicam a dinâmica do mercado, do emprego e do desemprego.

Por isso que, de uma forma ampla, podemos pensar a relação entre os que se oferecem para trabalhar e os que precisam de trabalhadores, como um mercado: o mercado de trabalho, que pode ser definido como a compra e venda de serviços de mão-de-obra,

representando o *lócus* onde trabalhador e empresários se confrontam e, dentro de um processo de negociações coletivas que ocorre algumas vezes com a interferência do Estado, determinando conjuntamente os níveis de salários, o nível de emprego e as condições de trabalho.

O mercado de trabalho assim definido denomina-se mercado formal de trabalho porque ele se enquadra nas formas da legislação, quando se produz o acordo entre comprador e vendedor da força de trabalho, há um acerto de contas, de horas trabalhadas, de compromissos e responsabilidades, de adesões e de pagamentos. O mercado formal de trabalho contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que é objeto de legislação específica que o regula.

Em contraposição, existe o chamado mercado informal de trabalho, em que prevalecem regras de funcionamento com um mínimo ou nada de interferência governamental. Este é o mercado aonde os acertos de contas não necessariamente se submetem às leis e, por não ser, a maioria das vezes, declarado e explícito, impede os controles do Estado. Ainda que hoje a dimensão do mercado informal possa ser relativamente grande, a dinâmica da economia é fornecida pelo setor formal. Ademais, a própria dimensão e o funcionamento do mercado informal estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo capitalista de produção, no qual desponta o papel do mercado formal de trabalho.

O mercado formal de trabalho esteve, nos últimos anos, sujeito a alterações que não o beneficiaram no sentido de promover as contratações de mão-de-obra e mesmo de trabalhadores qualificados e profissionais. As causas estão na economia e na política econômica. O desemprego é o grande problema das nossas sociedades e está relacionado com os efeitos das políticas de estabilização econômica, com a reestruturação produtiva diante dos novos padrões globais de produção e comércio, com o baixo nível de investimento produtivo, público e privado, com o aumento da população, com as próprias regras institucionais do mercado formal de trabalho e com a precarização do mercado de trabalho. (PLATA, 2001, p. 4).

Quando se fala em mercado de trabalho e se pensa em trabalho formal, a categoria diretamente associada com a análise econômica é o emprego. Entretanto, a categoria “emprego” tem vários aspectos que devem ser contemplados e que não parecem emergir

da visão ascética da economia neoclássica. Por exemplo, ocupar um posto de trabalho é exercer uma atividade remunerada, mas é também uma forma de se beneficiar do *estatus* que define a condição social dos indivíduos. Neste sentido, a definição de emprego pode não ser a mesma para um profissional da estatística, para um jurista ou para um sociólogo. Já para os economistas todos estes pontos de vista fazem parte do problema do emprego (BENEVIDES PINHO, 2004).

Segundo uma definição mais geral, uma pessoa que ocupa uma vaga de trabalho remunerado é um trabalhador empregado. Contudo, esta definição é ainda muito ampla porque não distingue a duração da atividade (pode ser de uma hora por semana ou de quarenta horas), nem o nível da remuneração, assim como também não esclarece sobre o tipo de trabalho (trabalho independente, trabalho familiar, assalariado, estagiário, por exemplo).

3 UMA VISÃO DO TRABALHO PARA O MUNDO DE HOJE

O trabalho, mais do que garantir a sobrevivência, é o grande integrador da nossa sociedade, é mediante o trabalho que definimos nossa identidade, aonde vamos, o que fazemos, quem conhecemos, quem nós conhece, o que gostamos o que queremos. Quando o trabalho se instala em todas as sociedades e se generaliza, quando a maior parte dos indivíduos se envolve numa categoria ampla e diferenciada, submetida e poderosa, consumida e criadora, que é a dos trabalhadores, a forma de organização social se torna capitalista.

A modernização das sociedades consiste justamente nesse processo, no qual participam mudanças que abrangem a produção, o governo, as instituições, os comportamentos e os valores. Encerra alterações sociais tais como a urbanização crescente, a instauração da burocracia, o desenvolvimento tecnológico. Todos estes elementos reunidos em um movimento generalizado de racionalização do comportamento e da forma de pensar dos indivíduos que compõem a sociedade.

Ao mesmo tempo em que, no mundo moderno, se destroem crenças e mitos antigos que serviam para dar suporte às necessidades da vida, que podiam dar um sentido ao mundo, parece esvaecer, deixando os indivíduos perante problemas e situações que muitas vezes

não oferecem saídas, o que, como indicou Weber, funciona como fonte ilimitada de angústia (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 95).

Ao mesmo tempo, a racionalização do trabalho e a maximização da eficácia econômica que são elementos que se difundem e generalizam com o capitalismo instrumentalizam os homens e reduzem as relações sociais ao cálculo do benefício individual (WEBER, 2002).

A conduta dos indivíduos torna-se, neste movimento, conduta do trabalho, focaliza-se a vida quotidiana em torno do trabalho, cada um se situa na sociedade em relação ao que faz, ao que ganha, ao que vende. O mundo inteiro se submete, assim, a uma racionalidade e a um ritual de vida que tem como epicentro o trabalho. A família pode ter valores cristão, protestantes, espíritas, todos, entretanto, giram em torno dos valores do trabalho.

Esta é maneira como se concretiza e se dá forma prática a um problema fundador da Ciência Econômica, a saber: o vínculo entre necessidades humanas e a produção de bens e serviços. Independentemente da vida errática e incerta que temos, há nas relações de trabalho a convicção de que a necessidade do outro faz com que surja um lugar para todos, é a certeza de que “alguém conte comigo” e, por isso, “me torno responsável pelas minhas ações”. Porque sei, em definitiva, que “alguém precisa de mim” (SENNETT, 1999, p. 76). Nosso universo aparece, em consequência disto, como uma rede egoísta-solidária, pragmática-racional de ações que interligam os indivíduos numa sociedade que, por falta de outra, pode reconhecer um espaço para cada indivíduo e garantir que o amanhã seja um dia, no mínimo, como o de hoje.

A evolução histórica das economias desenvolvidas mostra que, aproximadamente, a partir dos anos 70, houve uma tendência de generalização dos tipos de emprego e dos salários através da qual se estabeleceram limites na duração da jornada de trabalho e nas condições de trabalho, esta tendência teve, de um lado, um efeito homogeneizador, e de outro, transformou muitas das atividades que não tinham remuneração em remuneradas. Entretanto, este padrão generalizante foi questionado nos últimos anos na medida em que a realidade do emprego se tornou heterogênea e mais complexa.

Houve uma diversificação crescente nas formas de emprego e nos tipos de trabalho. A urbanização, as modificações nos modos de vida, as inovações técnicas alteraram essa

unidade da realidade do emprego tal como era concebida tradicionalmente. A flexibilização do emprego promovida pelas empresas trouxe mudanças físicas (quanto ao local onde se executa a atividade), jurídicas (quanto à forma do contrato de trabalho) e também políticas (quanto à criação de medidas que atendem os trabalhadores que perderam o emprego, oferecendo treinamento e formação adequada e propiciando, na medida do possível, a inserção no mercado).

Com todas estas modificações na dinâmica econômica e social mundial e com a abolição dos mecanismos institucionais que durante a segunda metade do séc. XX garantiram a integração de boa parte da população a um padrão adequado de vida (emprego regular, rendimentos adequados à aquisição de bens e serviços básicos, etc.), o emprego acabou herdando um papel principal como meio de acesso à renda e aos serviços. Assim, excluir um cidadão do mercado de trabalho pode levá-lo não somente à privação material, mas à restrição de direitos, de segurança sócio-econômica e de auto-estima. Isso, porque o desemprego não representa o mesmo risco de uma doença ou de um acidente de trabalho, no entanto, a sua generalização pode, sobretudo, implicar em uma fragilização total da sociedade. (PORCHMANN, 1999, p.21).

Ao lado disto, hoje, encontram-se também inúmeras formas de trabalho que são difíceis de enquadrar na categoria do emprego como é o caso das pessoas que se dedicam à produção agrícola de autoconsumo, por exemplo, ou daquelas que se dedicam ao trabalho doméstico, à prestação de serviços no seio da família, à guarda das crianças, todas essas ocupações, entretanto, constituem trabalhos que na maioria das vezes são desconsiderados nas estatísticas porque não recebem remuneração, no entanto, são atividades de fundamental importância para o funcionamento dos grupos familiares da nossa sociedade.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A dinâmica do capitalismo indicada pelo fenômeno da globalização teve um impacto incomparável sobre o trabalho e as relações de trabalho. A agudeza com que Marx apresentou este sistema apontando para a exploração de classe pode ser reavaliada à luz dos autores do individualismo metodológico, que percebendo o papel do trabalho de outro ângulo e as implicações que esta perspectiva jogam sobre a ação coletiva, permitem

observar em que medida o trabalho pode ter perdido sua capacidade de contestação ou mesmo de revolução da sociedade atual, porém ele adquire uma significação central quando visto como elemento regulador da inserção dos indivíduos no mundo moderno.

Nas sociedades modernas, o exercício de uma atividade remunerada é condição necessária para a aquisição de autonomia e para a construção da identidade dos indivíduos, isto é, para o seu reconhecimento social. “Alguém precisa de mim”. Quando não remunerados estes tipos de trabalho perdem a possibilidade de dar inserção social plena aos sujeitos que os executam. Assim, pelo fato de ficarem excluídos dessa tendência que noutros tempos os transformou de não-remunerados em remunerados, acabam perdendo também a possibilidades de produzir o *estatus* social indispensável para a cidadania.

Acreditamos que a luta pela inserção social passa pela construção da identidade de cada indivíduo e isto impõe a remuneração de todos os tipos de trabalho, sendo que, “salário para todos” significa aumentar e promover o fluxo macroeconômico da renda e reconhecer socialmente um aspecto que é direito dos cidadãos, além do benefício que traz para a economia o fato de disponibilizar uma maior capacidade de compra e de gasto sob a forma de rendas do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES PINHO, D. e VASCONCELLOS, M.A. *Manual de Economia*. SP, Saraiva, 2004, cap. 20.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a história*. SP: Brasiliense, 1995 a [1990]. 158 p.
- ELSTER, J. *Making sense of Marx*. New York, Cambridge Press, 1985.
- *Marx Hoje*. SP, Paz e Terra, 1986.
- Três desafios al concepto de clase social. IN: ROEMER, J. (org.) *Marxismo Analítico*. México, FCE, 1989, p. 165-185.
- IANNI, O. *A sociedade global*. RJ, Civilização Brasileira, 1995 [1992], 3a. Ed., 194 p.
- “As ciências sociais na época da globalização”, Estudos de Sociologia, 4, 1998.
- LE GOFF, J. *La civilisation de l’Occident médiévale*. Paris, Arthaud, 1964.
- MARX, K. *O manifesto comunista*. SP, Editora Moraes, [1848], 1987, p. 140.

----- *O Capital*. México, Siglo XXI, [1867]1985, cap. I, vol. I.

PLATA, L. *O desemprego estrutural no Brasil na década de 90* (Relatório de pesquisa). USF, 2001.

PORCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. SP, Contexto, 1999, p.21.

ROEMER, J. *A Geral Theory of Exploitation and Class*, Harvard, 1982.

----- (org.) *Marxismo Analítico*. México, FCE, 1989.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. SP, Recor, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. SP: Ed. Martin Claret, 2002 [1904]. 224 p.

WRIGHT, E.O. Qué tiene de media la clase media?. IN: (org.) *Marxismo Analítico*. México, FCE, 1989, p. 133-163.